



A PEDAGOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO-FORMAL DO CAMPO

Rodrigo Simão Camacho ¹

RESUMO

Este texto tem o objetivo de discutir a relação ontológica e epistemológica intrínseca existente entre a Educação do Campo e os movimentos socioterritoriais camponeses, que sua gênese e desenvolvimento está assentada nas condições concretas dos processos de espacialização e territorialização desses movimentos. Essas ações de espacialização e territorialização permitem a construção de uma práxis formativa denominada de “Pedagogia do Movimento”, que é o entendimento do movimento social enquanto “sujeito educativo” ou “sujeito pedagógico”. Em suas reivindicações estão o direito de acesso à educação formal por meio de políticas públicas. Dentre as políticas públicas conquistadas pelo movimento da Educação do Campo, destacamos, pelo seu alcance nacional, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). Em nível estadual, em Mato Grosso do Sul, temos a disciplina e eixo temático Terra-Vida-Trabalho, nas escolas de Educação Básica do Campo. A metodologia do artigo é composta de uma revisão bibliográfica; Pesquisa Documental em Projetos Político-Curriculares, cartilhas dos movimentos e relatórios do FONEC; Pesquisa das ações dos movimentos socioterritoriais e suas tipologias no relatório DATALUTA; Pesquisa-Participante no Curso de Licenciatura em Educação do Campo; Entrevistas com estudantes e docentes da Educação do Campo.

Palavras-chave: Pedagogia do Movimento; Educação do Campo; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This text aims to discuss the intrinsic ontological and epistemological relationship existing between Countryside Education and peasant socio-territorial movements, whose genesis and development is based on the concrete conditions of the processes of spatialization and territorialization of these movements. These actions of spatialization and territorialization allow the construction of a formative praxis called “Movement Pedagogy”, which is the understanding of the social movement as an “educational subject” or “pedagogical subject”. Their claims include the right to access formal education through public policies. Among the public policies achieved by the Countryside Education movement, we highlight, for their national reach, the National Program for Education in Agrarian Reform (Pronea) and the Support Program for Higher Education in Licensing in Rural Education (Procampo). At the state level, in Mato Grosso do Sul, we have the discipline and thematic axis Earth-Life-Work, in Basic Education schools in Campo. The article's methodology consists of a literature review; Documentary Research in Political-Curricular Projects, booklets of movements and FONEC reports; Research on the actions of socio-territorial movements and their typologies in the

¹ Docente no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFGD) e nos programas de pós graduação em Geografia na UFMS e na UFGD e em Educação e Territorialidade na UFGD. [E-mail: rodrigocamacho@ufgd.edu.br](mailto:rodrigocamacho@ufgd.edu.br).



DATALUTA report; Participant-Research in the Licentiate Course in Rural Education; Interviews with Rural Education students and teachers.

Keywords: Movement Pedagogy; Countryside Education; Public Policy.

INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo de discutir a relação ontológica e epistemológica intrínseca existente entre a Educação do Campo e os movimentos socioterritoriais camponeses, que sua gênese e desenvolvimento está assentada nas condições concretas dos processos de espacialização e territorialização desses movimentos.

Os movimentos que constroem/reconstroem territórios são denominados de “movimentos socioterritoriais”. Constituem-se a partir de ações sociopolíticas engendradas por sujeitos sociais coletivos que objetivam a luta social para a conquista e/ou resistência territorial (FERNANDES, 2005).

Essas ações de espacialização e territorialização permitem a construção de uma práxis formativa denominada de “Pedagogia do Movimento”, que é o entendimento do movimento social enquanto “sujeito educativo” ou “sujeito pedagógico” (CALDART, 2004; ARROYO, 2004).

Neste contexto, a Educação do Campo é uma prática pedagógica resultante da luta camponesa, mas também, é um instrumento da luta contra a territorialização do agronegócio no campo (resistência territorial) e pela reterritorialização/recamponização (conquista territorial). Sendo, portanto, produto/produtora da multidimensionalidade dos/das territórios/territorialidades camponesas (CAMACHO, 2018).

Dessa maneira podemos afirmar que as ações dos movimentos socioterritoriais constroem processos formativos não-formais, durante suas práticas socioespaciais que são, também, práxis pedagógicas, como: acampamentos, romarias, atos; bloqueios de rodovia; disputas territoriais; denúncias; doação de alimentos; encontros; feiras de sementes e alimentos; festas populares; jornadas de lutas; marchas; mutirões; notas de repúdio; ocupações de terra, linhas férreas e canteiro de obras; produções de alimentos; vigília (DATALUTA, 2021).

Além do fato de que existe um setor específico dos movimentos camponeses, sobretudo, aqueles ligados a Via Campesina, para pensar práxis pedagógicas dos próprios movimentos, bem como, o conteúdo e as formas de participação nas políticas públicas. O ápice da conquista de educação não institucionalizada é a Escola Nacional Florestan Fernandes, entre várias



escolas que são coordenadas e organizadas pedagogicamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A união entre movimentos socioterritoriais, estudantes, educadores e pesquisadores das instituições públicas criou um movimento nacional da Educação do Campo, denominada, inicialmente, em 1998, de Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo e, na atualidade, essa articulação foi transformada no Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC).

Em suas reivindicações estão o direito de acesso à educação formal por meio de políticas públicas. Dentre as políticas públicas conquistadas pelo movimento da Educação do Campo, destacamos, pelo seu alcance nacional, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo). Em nível estadual, em Mato Grosso do Sul, temos a disciplina e eixo temático Terra-Vida-Trabalho, nas escolas de Educação Básica do Campo.

METODOLOGIA

A metodologia do artigo é composta de uma revisão bibliográfica feita a partir de artigos de revistas, livros, dissertações e teses a respeito das seguintes temáticas: Educação do Campo, Questão Agrária, Território, Campesinato e Movimentos Socioterritoriais; Pesquisa Documental em leis, decretos, regulamentos, Projetos Político-Curriculares, cartilhas dos movimentos, relatórios do FONEC; Pesquisa das ações dos movimentos socioterritoriais e suas tipologias no relatório DATALUTA; Pesquisa-Participante no Curso de Licenciatura em Educação do Campo; Entrevistas com acadêmicos e docentes da Educação do Campo.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-POLÍTICOS-IDEOLÓGICOS

Os pressupostos teórico-políticos-ideológicos que embasam a pesquisa têm como referência a tendência camponista do Paradigma da Questão Agrária, que tem como elementos constitutivos:

- O método, o materialismo histórico dialético, que interpreta a realidade no sistema capitalista a partir dos pressupostos marxistas do movimento, do conflito, da contradição, da totalidade, da unidade na diversidade, da co-existência de relações capitalistas e não capitalistas, cujo movimento de expansão do capital no campo segue uma lógica de desenvolvimento desigual-contraditório;



- O campesinato, para além de um modo de vida e de uma forma de organização da produção, é uma classe social inserida no conflito da luta de classes no campo: entre as classes socioterritoriais camponesas e o latifúndio-agronegócio;
- O campesinato é criado e recriado pelo capitalismo, ocorrem tanto a extinção (desterritorialização/proletarização), a recriação (reterritorialização/campesinização) ou a diferenciação (transformação em latifundiário-capitalista).

Na teoria pedagógica, o referencial está na concepção dialógica da Pedagogia Libertadora-Freireana, pois o “diálogo de saberes”, defendido por Paulo Freire, é uma concepção pedagógica presente, de maneira significativa, na Educação do Campo, cujos elementos constitutivos são:

- Os saberes-fazer populares, produzidos pela prática (saber por experiência), não são desprezados e/ou inferiorizados. Não são concebidos como antagônicos aos conhecimentos técnico-científicos produzidos na academia, pelo contrário, são reconhecidos como complementares, que podem ser articulados ou superados, possibilitando o surgimento de novas sínteses de conhecimentos.
- A teoria dialógica da ação em Paulo Freire é a que denuncia a injustiça, a opressão e a dominação, a fim de que os sujeitos oprimidos busquem a libertação em colaboração e união. O diálogo entre os oprimidos pressupõe a formação de uma consciência de classe;
- A ação-reflexão dialógica proposta por Paulo Freire em sua pedagogia, não é um diálogo passivo, romantizado, subalterno e idealista, mas pressupõe: o conflito;

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As populações do campo, das águas e das florestas (camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos) se apresentam na cena política no Brasil fortemente nas últimas décadas e lutam para conquistar e/ou resistir em seus territórios. Estas classes socioterritoriais se organizam em movimentos que desconstroem/constroem/reconstroem territórios, por isso, são denominados de “movimentos socioterritoriais” (FERNANDES, 2005). São produtores de ações sociopolíticas construídas por sujeitos socioterritoriais coletivos (classes socioterritoriais) (MOREIRA, 2012)² que objetivam a luta sociopolítica para a conquista e/ou resistência territorial (CAMACHO, 2017, 2018; CAMACHO; VIEIRA, 2021).

² Informação Verbal. Palestra proferida na Unesp, Presidente Prudente-SP.



Consideramos os movimentos socioterritoriais enquanto “sujeitos educativos” ou “sujeitos pedagógicos”, porque suas ações permitem a construção de uma práxis formativa denominada de “Pedagogia do Movimento” que tem como elemento fundante a compreensão de que os sujeitos sociais/territoriais coletivos constituem, por meio de suas ações emancipatórias, um modo específico de formação humana construída a partir da luta sócio-política-territorial. Forma-se, dessa maneira, uma matriz pedagógica que se desenvolve, dialeticamente, em conjunto com o caminhar da Educação do Campo (CALDART, 2004; CAMACHO, 2018; CAMACHO; VIEIRA, 2021).

Enquanto uma práxis pedagógica, a Educação do Campo é resultante da luta camponesa, mas também, dialeticamente, é um instrumento dessa luta contra a territorialização do capital no campo (agronegócio), ou seja, representa uma forma de resistência territorial e, concomitantemente, de luta pela reterritorialização/recamponização (conquista territorial) (CAMACHO, 2018; CAMACHO; VIEIRA, 2021).

O modo de vida, a identidade de classe socioterritorial camponesa e os conflitos territoriais são partes integrantes das matrizes formativas do projeto educativo reivindicado pelos movimentos socioterritoriais camponeses, pois é de suma importância que esta educação seja produto/produtora da lógica material e simbólica de reprodução *do campesinato*, só assim, poderá ser um mecanismo de sua resistência territorial (CAMACHO, 2017, 2018).

Para falar de Educação do Campo é necessário contextualizá-la historicamente. Para isso, temos quatro marcos principais que dão início às experiências concretas que temos hoje. A educação é algo inerente à criação humana. Mistura-se com o processo de humanização. É uma construção a partir do modo de vida dos grupos sociais. A vida se mistura com a educação. Em todos os espaços que interagimos participamos de um processo educativo. (BRANDÃO, 1998; CAMACHO, 2018). Enquanto prática de educativa não-formal ela esteve presente em todos os momentos de luta das classes socioterritoriais do campo na história do Brasil.

Tivemos lutas que marcaram as contradições de classe no campo brasileiro em diferentes épocas. Podemos sintetizá-las, historicamente, segundo Oliveira, da seguinte maneira: os Quilombos, Canudos, Contestado, Trombas, Formosa, Porecatu, movimentos grevistas nas fazendas paulistas de café, as Ligas camponesas e, atualmente, o MST:

As lutas dos escravos negros contra a escravidão redundaram na formação dos quilombos, muitas vezes destruídos pelos bandeirantes, esses jagunços dos senhores de escravos. No século passado, a luta de Canudos. Neste século, o Contestado, Trombas e Formosa, Porecatu, entre tantas outras, além dos inúmeros movimentos grevistas de colonos nas fazendas paulistas de café, são



exemplos desses traços históricos das lutas no campo brasileiro. (OLIVEIRA, 1999, p. 98).

Das lutas no campo acima citadas, destaca-se, anteriormente ao MST, o Movimento das Ligas Camponesas, que ocorreu no nordeste brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, e pode ser considerada como a primeira forma mais ampla de movimento social do campo. As ligas camponesas lutavam contra o processo de expropriação e de exploração por parte dos latifundiários, principalmente, da Zona da Mata nordestina:

[...] foi o Movimento das Ligas Camponesas que nas décadas de 50 e 60 agitou o campo brasileiro, a primeira forma mais ampla de movimento social rural. Fundadas como sociedades beneficentes dos defuntos, elas organizaram as lutas dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores em geral na Zona da Mata nordestina, bem como a luta contra a expropriação e a exploração causadas pelo avanço dos latifúndios na região. [...]. (OLIVEIRA, 1999, p. 98).

Neste sentido, podemos dizer que o maior movimento social do campo brasileiro, hoje, é o MST. Este movimento social que nasce na década de 1980, no Rio Grande do Sul, luta pelo direito de acesso à terra por meio de ocupações nos latifúndios improdutivos e formação de acampamentos, e luta também pela permanência na terra conquistada nos assentamentos. Além disso, se utilizam de caminhadas até as cidades principais e de ocupações de repartições públicas, como o INCRA, numa forma de pressão ao governo. Com relação à luta pela permanência na terra, após a conquista dos assentamentos, sua essência está na compreensão de que a luta não termina. No assentamento inicia-se a luta pela construção de cooperativas e de associação de produtores rurais, a fim de que consigam resistir enquanto camponeses no modo capitalista de produção, que busca sempre expropriá-los. Dessa forma, o MST significa tanto a luta pela conquista da terra, como a luta pela resistência a reprodução do campesinato enquanto classe. Por isso, hoje no Brasil, a discussão acerca da reforma agrária passa, necessariamente, pela ação do MST (OLIVEIRA, 1999; CAMACHO, 2008, 2014).

Essa luta do MST pela terra, protagoniza a luta pela Educação do Campo, também, pois era necessário romper com as “cercas do latifúndio do conhecimento”. O marco inicial, é quando, em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária (I ENERA).

O segundo marco histórico foi quando em 1998 forma-se o Movimento da Educação do Campo, denominado de Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Resultado



da junção entre os movimentos sociais camponeses e educacionais e diversas instituições e organizações sociais como: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o MST, a UNICEF, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Universidade Nacional de Brasília (UNB) e o Grupo de Trabalho e Apoio à Reforma Agrária (GTRA). O movimento organiza a primeira conferência nacional denominada Por uma Educação Básica do Campo, que ocorreu em Luziânia (GO) em 1998 (CALDART, 2004; CAMACHO, 2017, 2018).

A história da Educação do Campo está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas, por isso, o terceiro marco histórico ocorre quando foi lançado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no ano de 1998. O programa propõe e apoia os projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), instituiu, em 2005, um grupo de trabalho composto por representantes dos movimentos sociais e sindicais, das universidades e técnicos do MEC para elaborar subsídios a uma política de formação de educadores do campo. Os resultados produzidos neste grupo de trabalho transformaram-se no Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) (SÁ; MOLINA, 2012). Seu objetivo é apoiar a implantação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em escolas do campo (CAMACHO; VIEIRA, 2021).

Fruto do PROCAMPO, a Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC), Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) tem como objetivos, de acordo com o PPC:

Formar licenciados/as em Ciências da Natureza e Ciências Humanas com uma sólida formação humanística, que sejam capazes de atuar como profissionais críticos/as da realidade multidimensional da sociedade brasileira, do processo educacional e nas **organizações dos movimentos sociais**, habilitando-os/as a produzir conhecimentos que resultem em práticas de docência, **lideranças de movimentos sociais**, pesquisas e intervenções sócio educacionais (UFGD, 2014, não paginado, grifo nosso).

Para conceituar os movimentos sociais vamos utilizar a definição de Maria da Glória Gohn, que afirma que os movimentos sociais são “[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em



certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. (1997, p. 251).

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, podemos nomear de movimentos socioterritoriais aqueles que tem o território como trunfo e/ou quando o território é essencial para a reprodução material e simbólica dos sujeitos que estão lutando. Porque “[...] os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. [...]”. (2005, p. 21). Como é o caso, no campo, dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.

A Educação do Campo surge da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses. É na perspectiva da valorização da práxis dos sujeitos que é pensada a matriz pedagógica da Pedagogia do Movimento. Está inter-relacionada com a concepção presente na Pedagogia Libertadora/Freireana (FREIRE, 1983) e as experiências produzidas pela Educação Popular, mas é uma experiência atual em processo de construção, porque ela nasce junto com a Educação do Campo. A experiência é o resultado do diálogo das tradições pedagógicas anteriores (Pedagogia Socialista e Pedagogia do Oprimido), mas incorpora a experiência pedagógica dos movimentos camponeses. Nesta matriz pedagógica, os movimentos camponeses, particularmente o MST, constituem-se enquanto um sujeito educativo/pedagógico (CALDART, 2004; CAMACHO, 2018).

Por isso, ela é construída por meio da própria prática dos movimentos camponeses. Sua construção se dá no mesmo contexto espacial-temporal da Educação do Campo. A novidade que esta pedagogia traz é que nunca antes havia ocorrido a formalização pedagógica das experiências dos movimentos sociais. É a primeira vez que as ações dos movimentos sociais são interpretadas como sendo experiências educativas (CALDART, 2004; CAMACHO, 2018).

A Pedagogia do Movimento pode ser entendida como uma pedagogia da luta social. A ação coletiva dos movimentos sociais engendra um processo de aprendizagem também coletivo. Durante a vivência de luta dos sujeitos dos movimentos sociais se tem a constituição de um sujeito coletivo. As experiências configuram em processos de formação humana por meio de uma educação popular não-formal construída pelos movimentos sociais. A ênfase dessas experiências educativas está na formação política, na cidadania e na solidariedade (BATISTA, 2007; CAMACHO, 2018).

A concepção do movimento social como sujeito educativo (CALDART, 2004) rompe com a tese de que existe um único modelo de educação baseado na educação formal. A educação formal, além de não ser a única forma de educação existente (escolacentrismo). Um



exemplo são as experiências educativas construídas pelos movimentos socioterritoriais camponeses (ARROYO, 2004).

A Pedagogia do Movimento remete-se a um processo educativo construído na intencionalidade de formação pela luta social e/ou territorial dos movimentos camponeses. Onde os processos de espacialização (marchas, ocupações, acampamentos) e de territorialização (produção de alimentos pelo trabalho familiar, cooperativo e agroecológico) são ações educativas que formam o camponês, primeiro como ser humano, depois como modo de vida e classe social, que resiste aos processos de desterritorialização e luta pela superação da dominação, opressão, exploração e subalternidade impostas pelo capital (CAMACHO, 2018).

Como elemento concreto representativo desse debate trazemos dados quantitativos acerca das ações de espacialização dos movimentos socioterritoriais camponeses no Brasil nos gráficos 1 e 2. Os dados demonstram que estamos num período de refluxo das ações de “ocupações de terras” por parte dos movimentos socioterritoriais desde o golpe de 2016 que intensificou a criminalização dos movimentos do campo, já com relação às manifestações houve estabilidade no período.

Gráfico 1 – Número de Ocupações de Terras e Retomadas no Brasil, 1988-2019

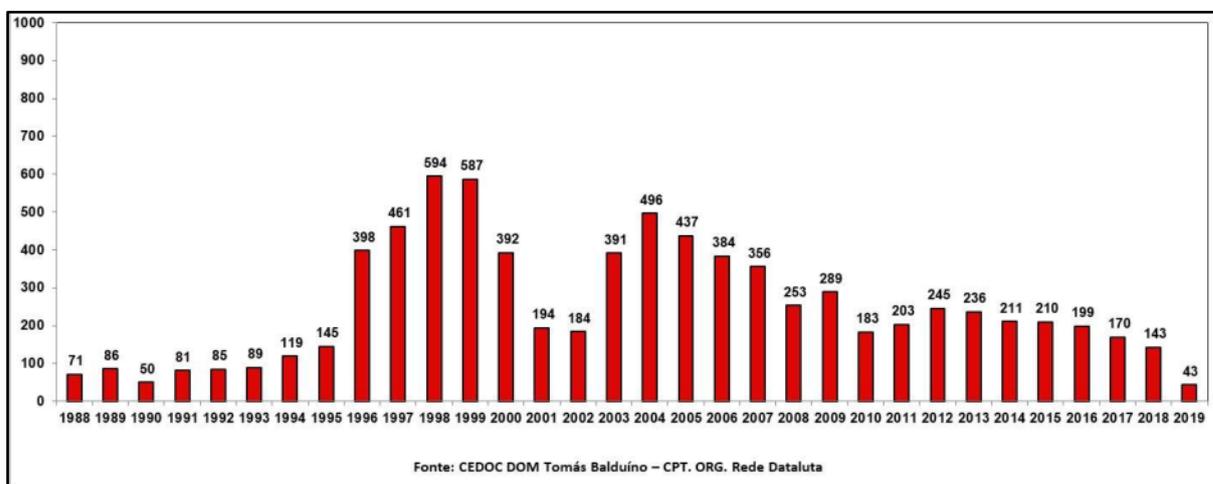
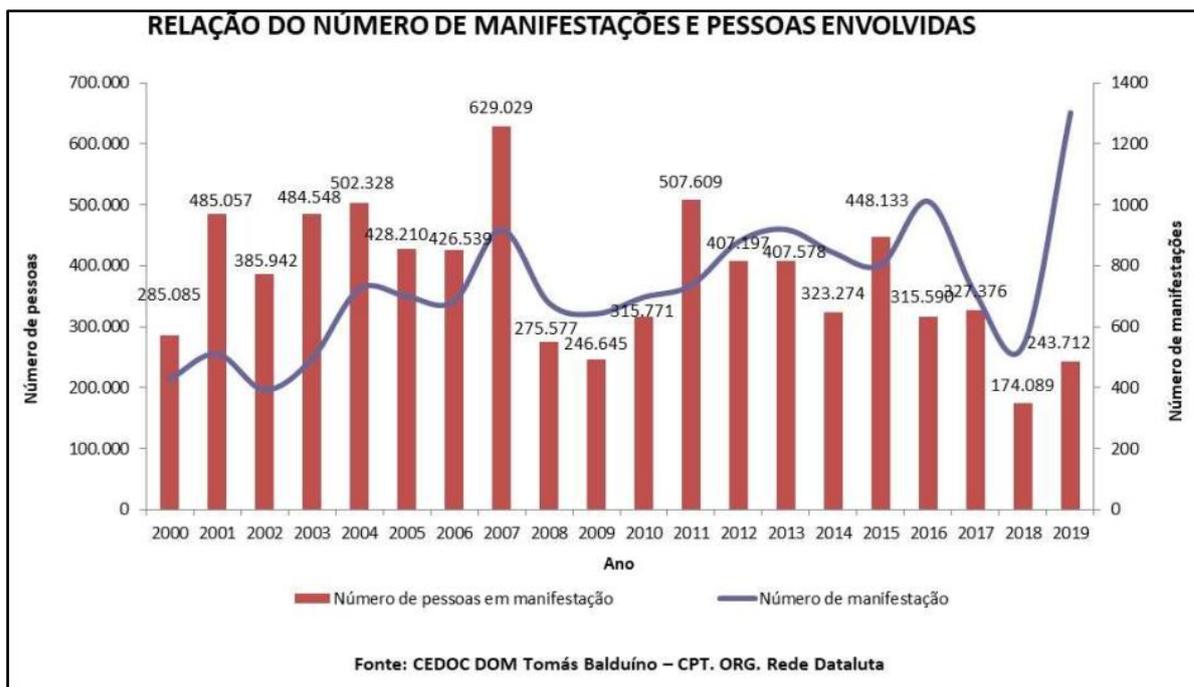




Gráfico 2 – Manifestações no Campo no Brasil, 2000-2019

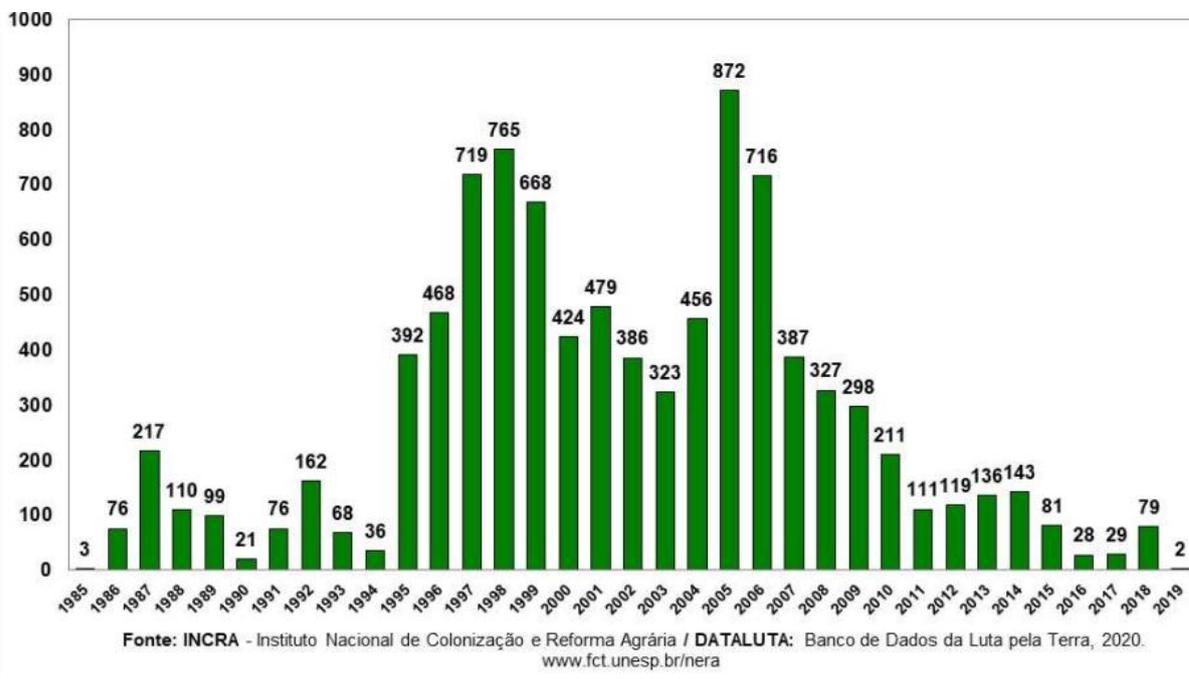


Roseli Salete Caldart (2004) faz uma ressalva importante de que a Educação do Campo não substitui a Pedagogia do Movimento ou mesmo o projeto de educação de cada movimento social, pensando a educação num sentido mais aberto, vinculada aos processos de luta dos movimentos.

A luta dos movimentos socioterritoriais pela educação formal do campo só se concretiza com territórios conquistados e a territorialização das escolas do campo nesses territórios. O Gráfico 3 demonstra a diminuição das conquistas de territórios camponeses (assentamentos) desde o golpe de 2016, o que leva, concomitantemente, a uma diminuição na conquista de novas escolas do campo.



Gráfico 3 – Número de Assentamentos Rurais criados no Brasil, 1985-2019



As escolas do campo devem estar ligadas aos movimentos camponeses e a sua pedagogia. De acordo com Claudemiro Godoy do Nascimento (2003) esta pedagogia, que está sendo construída na prática pelos movimentos sociais e que, por isso, é uma das bases de sustentação teórica-política-ideológica da Educação do Campo, pode ser denominada de *Pedagogia da Resistência*. A Pedagogia da Resistência tem como princípio fundamental a resistência territorial, cultural e política à hegemonia neoliberal.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação), garantem o direito da relação da escola do campo com os movimentos socioterritoriais

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos **movimentos sociais** em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2001, p. 22, grifo nosso).

A prática pedagógica do Movimento privilegia a construção coletiva, o diálogo como ferramenta de constituição do discurso e das ações, considerando a capacidade que os sujeitos têm para tomar decisões, planejar e orientar suas ações. Nesta experiência, os sujeitos aprendem, incorporam hábitos e habilidades do modo de agir coletivo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas, a partir do PRONERA e PROCAMPO, permite que visualizemos três características principais:

- 1.a primeira é o protagonismo dos movimentos socioterritoriais na elaboração de uma política pública que visa à construção de uma nova forma de desenvolvimento territorial para o campo;
- 2.a segunda é a produção de conhecimentos pelos próprios movimentos camponeses estabelecendo o diálogo de saberes populares com os conhecimentos técnico – científicos da universidade;
- 3.e o terceiro é a Educação do Campo como instrumento de resistência política e cultural camponesa.

Notamos, portanto, a dinâmica educativa produzida na luta sociopolítica pela conquista e/ou resistência da/na terra/território. Esta é a práxis (teoria e prática) da formação humana.

Entretanto, com o golpe político-ideológico da classe dominante de 2016, estes programas foram sendo fragilizados, minados, com diminuição de verbas, redução de projetos, corte de gastos e pessoal, etc. Sendo assim, a luta continua...

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional: “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 91-109. (Por uma Educação do Campo, 5).

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação popular do campo (Re) constituindo Território e a Identidade Camponesa. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas: Alínea, 2007. p. 169-190.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Primeiros Passos, 20).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer n.º 36/2001. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2001.



CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional: “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 13-53. (Por uma Educação do Campo, 5).

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 103-126. (Série NEAD Debate, 20).

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-267.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A relação dos Movimentos Socioterritoriais Camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos. **Revista Nera** (UNESP), ano 20, n. 39, p.186 - 210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Os movimentos socioterritoriais camponeses como sujeitos coletivos educativos: trajetórias dos camponeses-militantes no PRONERA/CEGEO In: COLELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos Petistas (Protagonistas da/na Luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas – Vol. II). Curitiba: CRV, 2018. v.2, p. 301-340.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Escola Nacional Florestan Fernandes: território de resistência imaterial dos movimentos socioterritoriais. **Revista Nera** (UNESP), v.24, p.185 - 209, 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A luta dos movimentos socioterritoriais camponeses pelo direito à Educação do Campo. **Revista Campo-Território**, v.15, p.81 - 105, 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão; VIEIRA, Jaqueline Machado. Pedagogia do Movimento e Educação do Campo: Produtos/Produtoras da Resistência Territorial Camponesa. **Revista Confins (Paris)**, n. 50, p.1 - 20, 2021.

DATALUTA AGRÁRIO. **Glossário dos tipos de ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais/socioespaciais**, jun. de 2020. Não publicado.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA**: Banco de dados da Luta pela Terra, Presidente Prudente, NERA/UNESP, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-40.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1983.



GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Saete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

UFGD. FAIND. **Curso de Licenciatura em Educação do Campo** - Habilitação em Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Projeto Pedagógico Curricular, Dourados: [s.n], 2014. Não publicado.